

2ª Reunião Ordinária do Pleno CME 2023.

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, reuniram-se na sala de reunião do gabinete da senhora Prefeita Nina Singer, os membros do Conselho Municipal de Educação: Afonso Rendak; Aldren da Cruz Singer de Mello; Ana Lucia Rodrigues; Anderson Dias do Rosário; Angela Pereira Branco; Carmem Lúcia de O. Rocha; Carolline P. de Araújo Maia; Clície Maria C. Negoseki; Dheborá Cristina da Silva; Domingas de F. C. Amaral; Isabel Cristina Z. Trevisan; Juliana Grebe Rosa Ferraz; Leila Gonçalves de Carvalho; Luiz Carlos Costa da Silva; Maria Madalena de C. Hitner; Marillette Kuhnen; Marilza Aparecida P. Teixeira; Miliana de Cássia Soares; Queila Cristina I. B. Martins; Robson Amâncio; Rodrigo Cardozo Gomes; Sônia Regina C. Mafra; Stela Regina G Wontroba, e Samia Leiza Alves Dornelles, pelo SINSEP, porque a Conselheira Mônica Taís Neves da Silva justificou ausência.

A reunião iniciou-se com a Presidente Ana Lucia solicitando autorização para a gravação da reunião, para que fosse possível a produção da ata. Após autorizações, a mesma repassou a fala para a Prefeita Nina Singer agradecendo a presença de todos e seguindo a reunião com a apresentação de todos os presentes. Seguindo das apresentações a Prefeita seguiu a fala destacando da importância dos Conselhos Municipais, trazendo também a importância da educação, principalmente na formação da mulher enquanto representante, pois quando a mulher necessita ficar em casa para cuidar dos filhos gera-se uma dificuldade para que estas possam estar na representação. Seguindo sua fala a senhora Prefeita destaca que é de suma importância esta aproximação com os conselheiros pelo fato de que estes têm o conhecimento real das necessidades das bases e frisa a importância de se trazer as demandas até ao Executivo, sendo este o principal papel dos Conselhos. Concluindo sua fala Nina Singer convoca a todos para juntos fazer e ser a diferença pois esta união é em prol da comunidade. Seguindo a pauta a Presidente Ana Lucia solicita que a Prefeita pontue sobre a questão do espaço específico para o CME. A Prefeita Nina pontua que vê como importantíssimo a questão de o CME ter seu próprio espaço, e seguindo a fala, repassa a todos que está em estudo e tramitando para a troca do terreno da Educação com o terreno do Fórum, mas que esta assunto virá também para a apreciação e discussão com o CME, pontua ainda que vê a necessidade de haver um novo espaço para o CME, e que essa sala mais adequada para o funcionamento do Conselho, era para ter acontecido, conforme combinado, quando houve o aluguel de ampliação da SEMED e que irá conversar com o Secretário porque isso não ocorreu e para que isso se faça imediatamente, ainda salienta que, para um funcionamento de qualidade é necessário um ambiente adequado. Em seguida a Presidente Ana Lucia segue a pauta com as justificativas dos conselheiros ausentes e a Prefeita Nina pontua a importância das presenças nas reuniões e que os faltosos devem ser trocados para o bom funcionamento do Conselho. Na sequência a ata do dia 16/02/2023 foi aprovada pela maioria dos presentes com abstenção da conselheira Angela Branco que justificou-se por não ter lido a mesma. Então a Presidente Ana Lucia repassa para as correspondências referentes às nomeações e indicações dos novos conselheiros e dos que se desligaram do CME, e explica que foram feitos os encaminhamentos para que os segmentos pudessem indicar ou eleger novos membros, e que foram recebidos: da Câmara a indicação de suplente da Aldren, a

Camila Guadagnini Saraiva, representante da Vereadora Fátima, o SINSEP fez a indicação de suplente a Maristela do Rocio Dittert, e o CAE fez o encaminhamento dos representantes, como titular Luiz Fernando Miqueliza e suplente Barbara Princival Cordeiro, no Conselho Tutelar foi falado sobre a situação do Robson Amâncio, que não estava vindo para as reuniões, o Robson entrou em contato e disse que quando ele entra de atestado, se desliga do Conselho Tutelar, então o Conselho tutelar deveria ter comunicado ao Conselho e indicasse outra pessoa, o Robson entregou uma carta, eles fizeram uma reunião e reelegeram o Robson. Da SEMED foi indicado a Delma Regiane Cordeiro Furman, da Divisão de Estrutura, o Conselheiro Rodrigo Cardoso Gomes (nome completo)...., pontua que não foi informado, enquanto chefe da divisão da indicação dela, visto que o setor havia o escolhido como representante. Do Departamento de Ensino Fundamental foi indicado a Rosiani Silva Franchetto. Na sequência a Presidente Ana Lucia pontua e responde ao questionamento que houve referente à solicitação do motivo e o porquê da necessidade de haver um representante de cada departamento em havendo e se considerar a indicação e não o mandato nas questões da indicação da SEMED, conforme ocorreu em 2021 e 2022 em que o Secretário Aldrian elogiou a organização do Colegiado e fez alterações e indicações de representantes de cada setor, mas a Presidente pontua ainda que a indicação é pertinente ao secretário da pasta, porém há a orientação de sair no momento em que se troca de setor, e explica que destituir significa deixar de responder pela função, ser demitido ou revogada a função, para responder por outra função, e completa que enquanto Presidente do Conselho, precisava fazer esse encaminhamento e deixa claro que não poderia levar para o Pleno, pois é uma indicação do Secretário, e que é colocado a representação para a pessoa responder por aquele setor. Ana Lucia pontua ainda, que o desligamento se dá no momento em que o conselheiro entrega a sua carta de desligamento, não tem como ele ser retirado, até porque PGM não nomeia outro no lugar sem a carta, a menos que a pessoa tiver 3 (três) faltas consecutivas sem justificativa. A Conselheira Angela se coloca no sentido esclarecer que as explicações da Senhora Presidente não é o caso dela, pois a mesma ainda possui o vínculo com a SEMED, por este motivo ainda fica na representação do CME pelo Departamento de Suporte. Mas a Presidente pontua que a partir do momento que ela saiu do financeiro, ela não responde pelo setor e o Departamento de Suporte já tem as duas representações, alimentação e transporte, sendo necessária a substituição para entrar alguém do financeiro. O Conselheiro Anderson pontua que tem interesse de permanecer, porém devido às orientações repassadas, de um representante por setor, e ele não faz mais parte da Divisão de Estrutura, entregou a carta para o secretário pedindo o seu desligamento. A Prefeita Nina questiona se tem um estatuto que rege o Conselho e tenha essas regras bem definidas? A Conselheira Miliana responde que sim, está no Regimento Interno, a Prefeita Nina pergunta se as substituições o gestor pode fazer independente se a pessoa está ou não no setor? A Presidente Ana Lucia explica que não está descrito o segmento específico, mas a Conselheira Angela argumenta que continuou porque ela também tem conhecimento no financeiro, mas como já estava também o transporte e alimentação, perguntou-se da essa revisão baseada no diálogo que tivemos em 2021 e 2022, mas que o Secretário poderia ter dialogado com a Presidente pela não alteração. A Prefeita Nina confirma se estão no Regimento, se não está por setor, está só da Educação. Então coloca que é importante que a pessoa seja do setor representado, e que irá depois debater com a PGM e com o Secretário, para as

alterações necessárias, antes das nomeações. O Conselheiro Afonso se coloca que, ainda não enviou a carta, mas que fará posteriormente, pois sabia que não tinha sido feito as indicações dos novos membros do CAE. Após a Presidente Ana Lucia informa que as indicações para o Fórum de Educação já estão sendo feitas e também recebendo as indicações, e que a data da Portaria saiu errada, então essa parte vai ser corrigida e feita um acréscimo da nova data, e também será colocada a Divisão de Estrutura e o Programa de Programa de Aquisição de Vagas. E que também será encaminhado ao SINSEP para a realização de assembléia desde que contemplem todos, não só os associadosdos representantes de Atendente Infantil, Educador Infantil, Educador Social, Professor da Educação Especial, Professor do Ensino Infantil, Professor do Fundamental e Professor de Jovens e Adultos, então pergunta se todos concordam de fazer os encaminhamentos para o SINSEP, aprovados por unanimidade, pois ninguém se manifesta contrário. E sobre os Diretores e Pedagogos, a Presidente Ana Lucia coloca que fica mais fácil para os Departamentos realizarem os encaminhamentos para as escolhas dos representantes, pois eles já têm os grupos e as reuniões. As Conselheiras Clície e Miliana concordam. A Prefeita Nina agradece a presença de todos e pede ajuda do Conselho para construir juntos uma Educação melhor, pois é uma pasta complicada na qual tem lutado muito por mais recursos e se coloca a disposição e se retira para cumprir a sua agenda. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre a alteração Escola Batista Central, que solicita a dispensa de um dia letivo do calendário, no dia 03-03-23 para treinamento dos colaboradores sobre Primeiros Socorros e destaca que o calendário da escola possui 205 dias, em seguida pergunta se há alguém contrário à alteração, como ninguém se manifesta, a solicitação está aprovada. A próxima alteração foi encaminhada pelo Secretário, solicitando a antecipação da data de Estudos e Planejamentos da Educação Especial, do dia 24 de maio de 2023 para 24 de março de 23, pois nesta data terá uma palestra formativa com o Professor Ricardo Antunes de Sá no Auditório do Colégio Adventista as 08h30 e a tarde a unidades organizarão atividade interna de estudo e planejamento. A Conselheira Clície pontua sobre o objetivo e a importância da Palestra. A alteração citada é aprovada por unanimidade. A Presidente lê a próxima solicitação feita pelo CAEP para alteração do sábado letivo, previsto no calendário o dia 18-03-23, para o dia 25-03-23, devido a alteração que houve no sábado letivo dos CMEIs, as famílias terão dificuldade em comparecer para as atividades propostas pelo CAEP. Ninguém se manifestou contrário a alteração. A próxima pauta é sobre os processos das Escolas Particulares: a Escola Educando para o Futuro solicita a Renovação do Credenciamento para Oferta da Educação Infantil a partir do ano letivo de 2023; A Escola Mosaico Montessori solicita Mudança de Endereço a partir de 2023 e a Mudança de Denominação de Centro de Educação Infantil Mosaico Montessori para Centro de Educação Infantil Colméia Montessori; O Centro de Educação Infantil Pátio Educar solicita a Renovação do Credenciamento para Oferta da Educação Infantil a partir do ano letivo de 2023, e o Heaven Kids solicita Alteração de Endereço. A Presidente Ana Lucia pergunta se há alguém contrário a essas alterações. Ninguém se manifesta contrário, solicitações aprovadas. A Próxima pauta são os Processos de Aquisição de Vagas do Programa Programa de Aquisição de Vagas, as unidades são: Betel Centro de Educação Infantil; Mundo Criativo Educação Infantil, Fundação Educacional Itaqui; Sociedade Educacional SSJ; Sociedade Educacional Arce; Angelina Hermínia da Silva Santos; Escola Pequeno Exemplar; Colégio Exemplar; Franciele dos Santos Pacheco Centro de Educação Infantil, Desiree Michela Savi

Hudson (Semeando o Futuro), e o CEI Brincantes, esses são os contratos que estão sendo solicitados. O Conselheiro Luiz coloca que esses contratos são para a modalidade obrigatória de Pré I e Pré II, a Estrutura solicitou para o Departamento de Educação Infantil a necessidade de atender essas crianças, foi feito um estudo para ver a região que tinham as escolas já contratadas, através do estudo chegou-se à conclusão que seriam estas, mas não quer dizer que sejam somente essas, e deixa claro que está começando isso, porque pela Lei teria que atender essas crianças nos CMEIs. A Presidente Ana Lucia pergunta se tem alguém contrário e conforme estudo teria que fazer nessas unidades específicas. Ninguém se colocou contrário. A Presidente Ana Lucia segue para a pauta sobre correspondências, lendo o ofício da Secretaria Municipal do Meio Ambiente que solicita que seja encaminhada para as Unidades uma pesquisa sobre Arborização Urbana, Ana Lucia coloca que já foi encaminhado o link para as unidades, embora o ofício seja do dia 16-03-23, chegou somente no dia 28-03-23. A Próxima correspondência é do SINSEP, referente a uma questão colocada na reunião de novembro onde o Castanho participou, e colocou uma discriminação com o Programa Programa de Aquisição de Vagas em relação à instituição de Ensino Top Gun, hoje Acesso, uma situação ocorrida em 2013 e que o Sindicato não teve resposta, foi pesquisado na ata e foi colocado que seria encaminhado para as autoridades competentes: o Ministério Público e o Núcleo de Educação e diz que será respondido para o Sindicato. Na sequência a Presidente Ana Lucia faz a leitura do ofício em questão e também a ata da reunião em 2013, e explica o que seria feito hoje se essa denúncia chegasse, não seria o Ministério, nem o Núcleo, devido a Lei de Sistema Municipal de Ensino, seria montada uma Comissão para ir até o local e fazer averiguação e caso tivesse sendo descumprindo, iria para a Secretaria para fazer a verificação do contrato. A Presidente Ana Lucia pergunta para os Conselheiros Anderson e Luiz se foi recebido alguma denúncia? O Conselheiro Anderson responde que a Escola Top Gun não faz mais parte do Programa de Programa de Aquisição de Vagas. A Conselheira Marilza conta o que aconteceu na época (2013). O Top Gun alugou outro espaço, denominado Top Gun Kids, onde tinha crianças do particular e crianças do programa Programa de Aquisição de Vagas, mas a estrutura era bem diferente do outro prédio que eles tinham, por isso houve essa denúncia. A Presidente Ana Lucia coloca que será respondida essa solicitação, fazendo os trâmites legais e lembra que na reunião citada, onde o Castanho participou, foi questionado qual seria o nome da Escola que estaria discriminando, ele não colocou e depois saiu o nome do Top Gun. O Conselheiro Luiz esclarece que no programa Programa de Aquisição de Vagas, existe uma Comissão Técnica, e quando assumiu foi revisado todos os contratos e vistos as questões legais, foi passada a questão do Top Gun, mesmo já estando prescrito o processo e não ter sido comprovado nada, houve esse processo de verificação por parte da SEMED e pelo CME também, isto está nos arquivos da documentação. O Conselheiro Luiz ainda explica que hoje no Programa de Aquisição de Vagas, tem um fiscal que é bem atuante e também tem uma comissão técnica que valida os contratos, são 3 pessoas que são da área técnica, eles fazem visitas in loco, não agendadas e nem previamente avisadas, verificam toda a parte técnicas, todo o trabalho é respaldado em cima de uma Comissão Técnica, os pagamentos são feitos em cima do que a Comissão repassa através de relatórios, nas vistas é verificado a questão de metragem, inclusive tem escolas do Programa de Aquisição de Vagas que estão em processo de receber multa porque descumpriram cláusula do contrato, não coube rescisão porque era

situação pontual e que já foi resolvida, está sendo analisada pela PGM e vai ser colocada multa. A Presidente Ana Lucia pede para ser encaminhado ao Conselho para verificar porque estão descumprindo. O Conselheiro Luiz coloca que o Programa de Aquisição de Vagas não deixa acontecer a questão de separação ou discriminação, porque é exigido da Escola que se tenha equidade, inclusive no Edital de contratação a palavra de ordem é o atendimento com equidade, não pode haver nenhum tipo de separação e se houver é passível de quebra de cláusula contratual, e diz: “quando o Castanho trouxe isso para nós, a gente pediu para ele pontuar qual seria a escola porque isso nos preocupou, enquanto gestor a gente acha que está tudo tranquilo, porém, pode acontecer, veio a do Top Gun, essa questão do passado, mas hoje, essa gestão da SEMED agora, da Nina Singer, a gente tem de verdade tentado dirimir ao máximo o erro dos nossos contratos, e graças as escolas terem entendido isso e trabalhar em conjunto.” Luiz pede para quando trouxer alguma informação, esta seja mais baseada, pautada, consistente, e que hoje as Escolas que fazem parte do Programa Programa de Aquisição de Vagas, tem certeza de que estão andando na lei, por conta da Comissão que existe. A Conselheira Leila comenta que na metade do ano a Comissão começou a pedir para a escola dela, fotos das alimentações diariamente, café da manhã, almoço, café da tarde e janta, ela achou bem chato pois não estava no contrato isso, mas mesmo assim começou a enviar e outras escolas também, mas logo depois no final do ano teve um caso em Curitiba de uma Escola que foi denunciada, e o caso era justamente sobre alimentação, e então caiu a ficha que agora eles tinham um respaldo nessas fotos, que nem era exigência do contrato, mas é algo que por “N” motivos se alguém questionar, vai estar registrado e anexado no drive, depois passou a ser algo de que se acontecer, tem como comprovar. A Conselheira Angela explica que nas Unidades tem um controle e vem uma amostra para as nossas nutricionistas do lanche que as crianças vão receber durante aquele dia, e se tiver alguma inconsistência na alimentação, elas têm um documento de registro de ocorrência que obrigatoriamente a Diretora da Escola tem que fazer se acontecer alguma coisa com a alimentação, e com esse documento será notificado a empresa, para poder cobrar que a alimentação venha adequada. As conselheiras que trabalham em Escola comentam que realmente é verdade e que as Diretoras experimentam todos os dias. O Conselheiro Anderson coloca sobre o assunto da discriminação do Programa Programa de Aquisição de Vagas, dizendo que as unidades têm que oferecer uniforme igual, ganha o material didático, incluso na mensalidade, e quando está entregando a vaga para a criança é dito que tudo o que acontece, seja registrado em agenda, feito ata, nesse tipo de situação específica de discriminar, pelo conhecimento do Departamento e da Comissão, não há possibilidade que isso venha acontecer. A Conselheira Izabel relata que não se recorda o ano exato, mas que quando pertencia a pasta da Educação Infantil do Núcleo de Educação do Estado, ela presenciou essa discriminação no Top Gun, e conta que foram fazer uma visita, porque eles precisavam de autorização para renovação, e eles estavam na parte debaixo do Top Gun, mas ela sabia que existia a parte de cima e que haviam crianças lá, e ela perguntou para a pessoa que estava conduzindo e a mesma disse que lá não era nada, mas mesmo assim ela pediu para ver e quando chegou lá, tinham várias crianças que eram vagas da Prefeitura, na época foi feito um relatório e enviado para o Conselho. A Presidente Ana Lucia pergunta se as crianças estavam com uniformes diferenciados. A Conselheira Izabel confirma que sim. A Conselheira Marilza coloca que em 2013, houve um aumento na demanda de vagas, foi bem no

início dos Prés com idade obrigatória, o município não conseguia atender na rede pública todas as crianças e fez uma ampliação bem grande no Programa de Aquisição de Vagas da época, e teve lugares que não foram tão sérios e coloca que agora que será feito novamente essa ampliação, tem que tomar bastante cuidado, porque nessa ânsia de participar do Programa Programa de Aquisição de Vagas e receber essas crianças, algumas pessoas podem usar de má-fé, então é muito bom essa Comissão de fiscalização, porque acontecia que quando iam visitar o espaço para fazer a fiscalização, o lugar estava bonitinho e perfeito, mas logo em seguida, começava a chegar denúncia de principalmente as crianças estarem sendo atendidas por estagiárias, então coloca que é preocupante ter novamente essa ampliação, e deve se tomar bastante cuidado, pois o ideal seria ter ampliação de vagas na rede pública. A Conselheira Leila coloca que “quando a Comissão vai fazer essa fiscalização, quando eles chegam à sala, eles não deixam a gente responder, eles perguntam para a professora qual que é a formação e o nome.” O Conselheiro Luiz diz que hoje estão com umas 21(vinte e uma) empresas e todas tem que manter mensal ou quinzenal, quantos alunos tem com Programa de Aquisição de Vagas e quantos alunos tem do particular, e colocar também quem são os funcionários, desde a limpeza até o professor que está e sala de aula, com comprovação de certificação dos funcionários, então a Comissão leva essa relação para fazer a conferência. A Conselheira Miliana complementa que quando a Escola não tem o profissional, é dado um prazo para fazer a contratação, e isso fica discriminado no relatório para fazer a verificação depois e ver se a Escola realmente contratou. O Conselheiro Rodrigo coloca que não existia antigamente no Programa de Aquisição de Vagas e foi colocado no edital a questão de uma declaração de legalidade, e que tem 3 (três) unidades que não vieram porque não estão legalmente documentadas, nessa declaração é passada para o Programa de Aquisição de Vagas o quanto cabe dentro de cada sala, a sala é medida pela Divisão de Estrutura, é colocado quantas crianças cabem na sala, quantas crianças tem hoje no particular e quantas estão em aberto, porque a Unidade não pode oferecer mais vagas do que consegue atender, então precisa ter essa declaração de legalidade senão não passa. E comenta que sobre a questão de denúncia, chega muita coisa para a Divisão de Estrutura, independente de ser Programa de Aquisição de Vagas, a gente vai de surpresa, sem avisar, como a gente já chega com os dados, então só vamos perguntando, já teve Unidades que foi encontrado coisas vencidas e mandamos descartar, e complementa que enquanto Divisão de Estrutura, tem sido levado bem arrisca o que chega sobre denúncia, tanto que comentou com o Castanho que não havia chego nada na Divisão, inclusive está vendo com a Divisão de Merenda, mesmo não sendo responsabilidade deles, em fazer uma reunião com a nutricionista da SEMED e diretoras das Escolas e nutricionista deles, para fazer uma orientação, porque o Infantil é dever da Secretaria. O conselheiro Luiz registra que o Programa de Aquisição de Vagas não leva nenhum tipo de contrato para o Conselho analisar se não tiver aprovação da Comissão, e não fazem contratação sem ter respaldo da Comissão Técnica. O Conselheiro Afonso faz uma observação sobre o que o Conselheiro Rodrigo falou, dizendo que não é só nas escolas particulares que acontece problemas com a alimentação, mesmo tirando amostra, tem escolas que no feijão só tem água, e acontece que às vezes na foto pode parecer bom, mas na realidade só tem água ou só tem molho. A Presidente Ana Lucia coloca que por isso é tirado uma amostra e a Secretaria solicita que o que estiver de errado, inconsistente, a Direção precisa comunicar. O Conselheiro Afonso coloca que há lugares que não

comunicam, onde teve bastante reclamação e foram verificar, e a Diretora não havia passado nada. A Presidente Ana Lucia dá o exemplo de que no tempo da Risotolândia, às vezes vinha o alimento cru, a diretora avisava, e era trocado, poderia atrasar, mas vinha o alimento. A Conselheira Marilza coloca que por isso é importante experimentar todos os dias o que vai ser servido. A Presidente Ana Lucia coloca que mesmo tendo a fiscalização da SEMED, na hora que chega para o Conselho, é feito a Comissão de fiscalização do CME também. Na Sequência a Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta sobre o Memorando Interno da Divisão de Estrutura e Funcionamento de Ensino o qual convida 6 (seis) membros do Conselho Municipal de Educação para participar do curso da Brigada de Escolar, e pergunta se há alguém interessado em participar. O Conselheiro Rodrigo coloca que a data do EAD seria do dia 10/03 até o dia 30/03 e terá 2 encontros presenciais de 8h cada um, um teórico e outro prático. A Conselheira Clície pergunta se o EAD fica gravado. O Conselheiro Rodrigo explica que as aulas ficam disponível na plataforma do Google classroom e nos dias 27/03 a 30/03 abre para marcar a avaliação de aproveitamento que será aplicada pelo DASS, no dia 03/04 será o teórico presencial dos CMEIs e Educação Especial e dia 10/04 o prático dentro do CMEI Ipê Amarelo, dia 28/04 teórico nas Escolas e dia 10/05 o prático nas Escolas. Rodrigo complementa a importância do curso, pois teve um caso de uma escola agrícola no norte do Paraná que pegou fogo, e por causa do curso da Brigada, ninguém veio a falecer, e também é o último empecilho para a regularização das Escolas e CMEIs, o laudo do Corpo de Bombeiros. As Conselheiras que mostraram interesse foram: Ana Lucia, Dhebora, Leila e Marilza. A Conselheira Sonia contribui dizendo sobre o curso, que já foi feito na APAE, todo ano é feito, é muito bacana, é simulado uma situação real e se aprende muito. O Conselheiro Anderson comenta que já foi gestor do contrato dos extintores das Escolas e os professores não sabiam como abrir o extintor, então será bem válido esse curso. A Presidente Ana Lucia segue para a próxima correspondência que é um Parecer da SEMED em relação à solicitação do particular sobre a metragem de 2.20m² para 1.50m², conforme a SESA, em seguida o documento é posto em tela e lido e solicita que a Presidente da Câmara da Educação Infantil faça o repasse. A Conselheira Marilza coloca que na segunda feira (06/03), houve a primeira reunião da Câmara de Educação Infantil, para conversar sobre o pedido de alteração da metragem, foi conversado sobre a questão dos profissionais, da metragem das salas, do atendimento, foi discutido durante umas 3 (três) horas, foi feito para a SEMED alguns ofícios solicitando algumas respostas: número de profissionais; tamanho de salas, para que possamos discutir tendo dados, pois a realidade das Escolas Particulares é distinta, então para pensar em uma mudança na Deliberação precisa pensar em todas as condições, pois havendo essa alteração, vai mudar para a rede pública também, então precisa de adequações dos espaços, e na próxima segunda feira (13-03), terá outra reunião, foi verificado em outros Municípios e a grande maioria está seguindo a SESA, inclusive foi encontrado um Município que atende em 1m², Toledo, os demais são todos 1,50m², mas a questão não é só mudar a metragem, precisa lembrar que hoje o Infantil I, II e III, funciona das 07h até as 18h e no horário das 07h até as 09h, só tem um profissional, então se aumentar de 24 para 26 ou depende da metragem da sala, aumenta para uma pessoa, é preciso pensar com bastante delicadeza para não colocar as crianças nem os profissionais em risco, foi iniciado os estudos, foi bem produtivo, quem tiver interesse em participar, pode participar também. A Conselheira Clície lembra que hoje há outro contexto na

Educação Infantil, e há aproximadamente de 4 a 5 alunos de inclusão em cada turma, crianças com situação de saúde gravíssima, precisa avaliar que quando coloca crianças a mais na sala, precisa de outros olhares e outros profissionais, não é só aumentar a metragem, aumenta a responsabilidade. A Conselheira Miliana diz que a Educação Infantil é a etapa principal para o desenvolvimento das crianças, e que a Educação Infantil levou anos de estudos e batalha, para ter esse reconhecimento de etapa mais importante no desenvolvimento infantil, então é um passo que demanda muito estudo, para que não haja um retrocesso, tem que pensar que é um direito das crianças, as famílias precisam trabalhar, mas toda a legislação traz como um direito da criança estar inserida dentro de um ambiente de qualidade e equidade, as discussões foram bem produtivas na Câmara, não sabemos se a alteração vai acontecer ou não, mas que seja pensado na Educação Infantil de qualidade no Município. A Conselheira Stela coloca que na verdade a Educação de qualidade não está atrelada somente a metragem da sala, realmente por conta da medida a Escola particular consegue adequar e em toda estrutura também, mas na rede pública entende que não é simplesmente alterar a medida, pois há outras situações que demandam. A Conselheira Leila coloca que: “são realidades diferentes, o Público tem a questão das 7h às 09h, que não existe esse problema no particular, mas encontra partida não conseguem atender por conta da Resolução que o Município segue, e tem as questões de todos os outros Municípios estarem atendendo com 1.50m², o único que não atende no Infantil III é São José dos Pinhais, e acha que no Infantil I e II, não deve mexer, pois as crianças são muito pequenas e demandam mais espaço, e sobre a questão da qualidade, se for afetar a qualidade, como que está essa questão nos outros Municípios? Eu acho importante continuar a discussão, penso eu que precisa envolver o Ministério Público sim, por que São José dos Pinhais não atende igual os outros Municípios? O que está faltando em São José? O que precisa ser feito? Não sei se na segunda-feira a gente já tem os dados de quantas crianças aumentaria.” A Conselheira Stela coloca que o Luiz passou que aumentariam 398 (trezentos e noventa e oito) crianças. A Conselheira Marilza coloca que 398 (trezentos e noventa e oito) seriam com os dados de 2022. A Presidente Ana Lucia diz que foram solicitados os dados e que devem chegar até sexta-feira, mas que foi feita uma pesquisa com as Unidades. A Conselheira Marilza complementa dizendo que foi feita pela Câmara de Educação Infantil uma pesquisa com os CMEIs, para verificar quantas crianças chegam às 07h e quantas crianças ficam até às 18h, para ter uma noção se realmente essas 11h são bem utilizadas, Marilza comenta também que as salas dos CMEIs têm metragens diferentes, citando o exemplo que no CMEIs em que estão já são atendidas 24 (vinte e quatro) crianças. A Conselheira Leila diz que se esse ano forem 50 crianças, é um número longe de 398, mas são 50 crianças que poderiam entrar onde as salas e profissionais ainda conseguem atender, pois não tem como somente uma professora ficar com 24 crianças das 07h às 09h e cita o exemplo das Escolas particulares, onde tem uma pessoa que é volante, fica para dar apoio. A Conselheira Stela complementa dizendo que existe o ideal e o viável, mas de repente um profissional de apoio para ajudar a fazer troca nas crianças seria viável. A Conselheira Queila coloca que ela e a Marilza, enquanto Diretoras de Unidades sabem o que estão falando, são grandes demandas e que tem problemas, e que vai chegar lá nos vereadores, está chegando ao SINSEP, com falta de informações e informações distorcidas, “não está sendo mudada a normativa hoje, ela está sendo estudada e todos os seguimentos estão sendo ouvidos, estamos levando a fala de educadores,

atendentes, professores, enquanto prefeitura, CMEIs, departamento, e tendo uma delicadeza muito grande em lidar com essa situação porque a escola particular tem condições de atender dentro de 1.50m² e o Município neste momento não tem, não temos profissionais, falta horário, falta m², falta tudo, nós não podemos, mas vocês podem, a Deliberação está aí, o Supremo Tribunal Federal está cobrando, está impondo, o governo do Paraná tem a SESA, o Ministério Público vai ter que estar conosco e saber dessas particularidades enquanto Município, acho que não dá para fazer uma normativa para reger somente o Municipal ou o particular, são duas coisas juntas, então temos que sentar e estudar.” A Conselheira Miliana reitera o que o Secretário colocou no ofício, dizendo que: “o regime de contratação é diferente do particular e o funcionamento também, hoje essa gestão, infelizmente a Prefeita não está aqui, mas ela tem claro isso para ela também, nós carregamos erros de outras gestões, e o Aldrian e a Prefeita se abraçaram para tentar resolver esse problema que acarreta a Educação Infantil, porém, estamos tentando achar um caminho para isso, e isso inflige hoje no funcionamento das Unidades, nas turmas Infantil de 0 a 3, ocorre o fato também da contratação de profissionais, hoje a gente está com o andamento do Processo Seletivo, para que todos os problemas de Educação Infantil se resolva, a gente precisa que este concurso público saia, porque o PSS não resolve, o estagiário não resolve.” A Conselheira Clície coloca que tem estagiário para contratar, só que eles não vão em certas regiões. A Conselheira Miliana coloca que eles nem receberam, então eles não querem ir nem para certas unidades trabalhar. A Conselheira Dhebora coloca que tinha uma excelente estagiária que cancelou o contrato porque não recebeu, elas teriam que ter recebido do dia 28/02 e até ontem 08/03, não tinham recebido ainda. A conselheira Madalena diz que o gestor do contrato está liberando hoje as notas, vai ser pago na segunda-feira. A Conselheira Dhebora coloca que já está com uma dificuldade imensa para achar estagiário, ela manda o currículo, pede para contratar, mas é uma morosidade para contratar e quando elas vêm trabalhar não recebem, cita o exemplo de que teve uma estagiária que veio trabalhar, mas o nome dela não estava em uma lista, fizeram parar de trabalhar por uma semana, “a escola é integral, fico sem atendimento ao aluno de inclusão, sem atendimento no horário de almoço, temos 90 (noventa) crianças para servir almoço e cuidar deles e sem uma pessoa na parte da tarde.” Dhebora diz que está bem complicado. A Presidente Ana Lucia pergunta para a Conselheira Dhebora se isso seria uma denúncia? A Conselheira Dhebora responde que: “pode ser, a estagiária que saiu é a Vanessa, posso pegar o sobrenome dela, porque ela não recebeu, ontem foi a Fabiana que me informou que eles recebem no dia 30 e até ontem ainda não tinha recebido, e a Bruna ficou uma semana ausente da Escola, porque disseram que ela não estava em uma lista.” A Conselheira Madalena esclarece que os estagiários que não receberam são os de contrato novo ou prorrogação, pois houve um problema, e que tem estagiários que foi mandado parar de ir pois estavam trabalhando sem contrato. A Presidente Ana Lucia pede para a Conselheira Dhebora entrar em contato com a Madalena para verificar os casos citados. O Conselheiro Luiz faz uma correção sobre o que foi dito pela Conselheira Stela, dizendo que foi falando sobre o número de crianças na reunião de Câmara, porém, não foi ele quem trouxe, foi o Rodrigo, mas não é um número oficial, foi falado informalmente. Luiz pede para que fique registrado em ata que não foi ele quem trouxe esse dado, foi trazido informal em uma reunião de Câmara e que as informações que são trazidas para o Conselho ou para as reuniões de Câmaras, não são sigilosas, mas para evitar qualquer tipo de

situações, devem ser eticamente preservadas. O Conselheiro Rodrigo reitera que: “disse que não iria falar, foi a Câmara que fez, eu não iria falar por uma questão de ética, não iria citar, porque isso é tramitado via gabinete até chegar na Câmara, chegamos em um número estimado em nosso levantamento, mas ficou dentro da reunião de Câmara esse número de forma estimativa.” A Presidente Ana Lucia coloca o último assunto dizendo que nos dias 12,13,14, será o evento da UNCME aqui em São José dos Pinhais e a importância da participação dos conselheiros, com abertura no dia 12/03 no período da tarde, na quinta feira será dos Presidentes de Conselhos, mas pode comparecer outros membros do Conselho, e na sexta feira, sobre o FUNDEB, será o primeiro Seminário Nacional do FUNDEB, a nossa próxima reunião está marcada para o dia 12/04, podemos marcar para antes dia 06 ou depois dia 20. A maioria dos Conselheiros acha melhor no dia 20/04. A Conselheira Ana Lucia informa que irá colocar no grupo se fica para o dia 18 ou 20 e também as informações para participação do evento da UNCME, existe taxa, mas como São José dos Pinhais é associado, então tem direito a isenções porque é o Município sede do evento, mas que todos poderão participar. A Presidente Ana Lucia agradece a presença de todos e encerra a reunião informando a dificuldade de sair da Prefeitura devido ao temporal que estava ocorrendo no momento.

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

